



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Processual Penal – 4.º Ano

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Rui Filipe Soares Pereira

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

-

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

É objetivo de aprendizagem dotar os alunos das aptidões essenciais para a resolução de quaisquer casos práticos no âmbito do Direito Processual Penal, bem como dotá-los da capacidade de pensar criticamente o Direito Processual Penal, tanto numa perspetiva interna como numa perspetiva comparada.

6. Conteúdos programáticos:

PARTE I - ASPETOS GERAIS SOBRE O PROCESSO PENAL E A LEI PROCESSUAL PENAL

Capítulo I – A estrutura do processo penal e a Constituição Processual Penal

1. As especificidades da estrutura do processo penal
2. Breve enquadramento histórico
3. As dúvidas sobre a atribuição da titularidade ao MP
4. A questão da compatibilidade com a estrutura acusatória da promoção pelo MP nos termos do art. 16.º, n.º 3 do CPP

Capítulo II – A natureza processual dos crimes e as respetivas implicações

1. A distinção entre crimes públicos, semipúblicos e particulares
2. A identificação da natureza dos crimes
3. As consequências processuais da distinção entre crimes públicos, semipúblicos e particulares

Capítulo III – A aplicação da lei processual penal no tempo

1. A relevância do tema da aplicação da lei processual penal no tempo
2. Os princípios gerais de aplicação da lei processual penal no tempo
3. O regime previsto no art. 5.º do CPP
4. A contraposição entre normas processuais penais materiais e normas processuais penais formais



5. Algumas hipóteses de aplicação da lei processual penal no tempo

Capítulo IV – A suficiência do processo penal e as questões não penais prejudiciais

1. O princípio da suficiência do processo penal e o seu significado
2. A excecionalidade da devolução da questão não penal para outro tribunal
3. A decisão sobre a questão não penal e o efeito de caso julgado

PARTE II – OS SUJEITOS E OS PARTICIPANTES DO PROCESSO PENAL

Capítulo I – A categoria geral de participantes processuais e a distinção entre sujeitos e participantes processuais em sentido estrito

1. Os participantes processuais em sentido amplo
2. Os critérios de distinção entre sujeitos e participantes processuais
3. Os outros intervenientes do processo

Capítulo II – O tribunal

1. A jurisdição e a competência penais
2. A organização dos tribunais judiciais
3. Os critérios de atribuição da competência penal
4. Os conflitos de competência e a sua resolução
5. Os impedimentos e as suspeições

Capítulo III – O MP e os OPC

1. A importância de uma análise separada do MP e dos OPC
2. O MP
3. Os OPC

Capítulo IV – O arguido, o defensor e a pessoa afetada

1. A importância de uma análise separada do arguido e do defensor
2. O arguido
3. O defensor
4. A pessoa afetada

Capítulo V – A vítima

1. A Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e as alterações ao CPP
2. As outras referências específicas à vítima no CPP
3. A ausência de um estatuto processual e as dúvidas sobre a natureza da vítima
4. A vítima como categoria criminológica e as exigências do contraditório e do direito de defesa



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Capítulo VI – O assistente

1. A posição processual e as atribuições do assistente
2. O assistente, o ofendido, a vítima e o lesado
3. A constituição como assistente e os seus requisitos

Capítulo VII – As partes civis

1. A responsabilidade civil fundada na prática de delito ou emergente de crime
2. A dedução da pretensão indemnizatória fundada na prática ou emergente de crime
3. A natureza da responsabilidade cuja pretensão indemnizatória pode ser deduzida no processo penal
4. As partes civis como sujeitos processuais no pedido de indemnização civil formulado no processo penal
5. A relevância da matéria das partes civis e do pedido de indemnização civil formulado no processo penal
6. O princípio da adesão e as hipóteses de dedução do pedido de indemnização civil em separado
7. A renúncia ao direito de queixa ou de acusação particular em virtude de prévia dedução do pedido de indemnização civil em separado
8. Os poderes processuais das partes civis
9. O regime da dedução do pedido de indemnização civil no processo penal
10. O arbitramento de quantia a título de reparação sem que tenha sido deduzido pedido de indemnização civil
11. O caso julgado da decisão que conhece o pedido de indemnização civil

PARTE III – O REGIME E A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL

Capítulo I – A forma de processo comum

1. As modalidades de forma de processo e as características da forma de processo comum
2. A notícia do crime
3. As medidas cautelares e de polícia
4. O inquérito
5. A instrução
6. O julgamento

Capítulo II – As formas de processo especiais

1. O fundamento da aplicação das formas de processo especiais
2. O processo sumário
3. O processo abreviado
4. O processo sumaríssimo
5. A promoção da aplicação das formas de processo especiais
6. O incentivo à utilização das formas de processo especiais à luz da Lei-Quadro da Política Criminal



PARTE IV – AS MEDIDAS DE COAÇÃO E DE GARANTIA PATRIMONIAL NO PROCESSO PENAL

Capítulo I – Aspetos gerais

1. Noção
2. As finalidades essenciais das medidas de coação e de garantia patrimonial
3. O dever do arguido de sujeição a medidas de coação e de garantia patrimonial
4. As exigências cautelares e as exigências de punição
5. A distinção entre as medidas de coação e medidas de garantia patrimonial
6. As condições gerais de aplicação das medidas de coação e de garantia patrimonial
7. Os princípios gerais das medidas de coação e das medidas de garantia patrimonial

Capítulo II – As medidas de coação

1. Os aspetos fundamentais do estudo das medidas de coação
2. Os pressupostos gerais das medidas de coação
3. Os princípios das medidas de coação
4. Os requisitos específicos de cada medida de coação
5. A revogação, alteração e extinção das medidas de coação
6. A impugnação da decisão que aplique, mantenha ou modifique medida de coação
7. A indemnização por ilegal ou injustificada privação da liberdade

Capítulo III – As medidas de garantia patrimonial

1. Generalidades sobre as medidas de garantia patrimonial
2. A caução económica
3. O arresto preventivo
4. A impugnação da decisão que aplique, mantenha ou modifique medida de garantia patrimonial

PARTE V – O OBJETO DO PROCESSO PENAL

Capítulo I - Os princípios gerais relevantes em matéria de objeto do processo

1. A estrutura acusatória do processo penal
2. A vinculação temática
3. A relevância e o sacrifício da descoberta da verdade material

Capítulo II - As categorias de variações do objeto do processo

1. O ponto de partida
2. Os factos novos
3. A alteração de factos
4. A (mera) alteração da qualificação jurídica



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Capítulo III - Os regimes de variação do objeto ao longo do processo.

1. As fases do processo e as variações do objeto
2. A notícia do crime e o objeto do processo
3. O regime da variação do objeto do processo no inquérito
4. O regime da variação do objeto do processo na instrução
5. O regime da variação do objeto do processo no julgamento

PARTE VI – A PROVA EM PROCESSO PENAL

Capítulo I – Algumas noções gerais sobre a prova

1. Os sentidos e as aceções sobre a prova
2. Os ónus de alegação e da prova em matéria penal
3. As presunções em matéria penal
4. A medida da prova em processo penal
5. O *in dubio pro reo* como critério de resolução para um *non liquet* em matéria de facto

Capítulo II – Os princípios e as normas gerais sobre a prova

1. O objeto da prova
2. A legalidade da prova
3. A livre apreciação da prova e o respetivo alcance

Capítulo III – Os meios de prova

1. A noção de meios de prova
2. Os meios de prova previstos no CPP
3. Os eventuais meios de prova atípicos

Capítulo IV – Os meios de obtenção da prova

1. A noção de meios de obtenção da prova
2. As categorias de meios de obtenção da prova
3. Os meios de obtenção da prova previstos no CPP: aspetos gerais
4. Os meios de obtenção da prova previstos na LCC: aspetos gerais
5. Os meios de obtenção da prova previstos em legislação avulsa: aspetos gerais
6. Os métodos ocultos de investigação criminal

PARTE VII – AS PROIBIÇÕES DE PROVA E O EFEITO-À-DISTÂNCIA EM PROCESSO PENAL

Capítulo I - As provas ilícitas, ilegais, inadmissíveis e proibidas em processo penal



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Os diferentes sentidos de prova ilícita, ilegal, inadmissível e proibida e os possíveis fundamentos das proibições de prova

2. As proibições absolutas e as proibições relativas de prova

Capítulo II - As proibições de produção e de valoração de prova e os destinatários das proibições de prova em processo penal

1. As proibições de produção e as proibições de valoração de prova

2. Os possíveis destinatários das proibições de prova

Capítulo III - O regime das proibições de prova em processo penal

1. A nulidade inerente a proibição de prova

2. A inutilizabilidade das provas proibidas

3. A abertura a proibições de prova não cominadas com regime de nulidade

Capítulo IV - O efeito-à-distância das proibições de prova e respetivo regime em processo penal

1. A base constitucional e legal do efeito-à-distância das proibições de prova

2. As consequências da proibição de prova sobre a prova secundária e os demais atos processuais

3. As exceções jurisprudenciais e doutrinárias ao efeito-à-distância

4. O efeito-à-distância como princípio e as respetivas implicações

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

As aulas plenárias e as aulas práticas funcionam de forma articulada. Nas aulas práticas serão resolvidos casos práticos sobre partes da matéria já lecionados nas aulas plenárias e/ou que visam aprofundar alguns pontos apenas referidos nas aulas plenárias.

É indispensável a frequência das aulas plenárias pelos alunos para uma compreensão plena da matéria discutida e trabalhada nas aulas práticas.

8. Metodologias de ensino:

Aulas plenárias: em cada aula será indicada a matéria da aula subsequente.

Aulas práticas: será disponibilizado pelo docente responsável por cada subturma o cronograma das aulas práticas.

9. Avaliação:

Parâmetros de avaliação:

I. A nota do aluno inscrito em Método A é obtida através dos seguintes elementos de avaliação:

a) Elementos orais e outros (valendo 50%): análise de jurisprudência que conste da obra “Novos Elementos de Estudo de Direito Processual Penal”, ou que seja especialmente indicada pelos docentes, ou resolução de casos práticos da obra “Novos Elementos de Estudo” nas aulas práticas. Só se avalia a participação oral significativa;

b) Frequência (valendo 50%).

A assiduidade, nos termos regulamentares, é elemento excludente do método de avaliação contínua. É realizado o controlo de presenças no início das aulas práticas.

II. A nota do aluno inscrito em Método B é obtida nos termos do Regulamento.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

-

11. Bibliografia principal:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Bibliografia principal:

PEREIRA, RUI SOARES/CAIRES, JOÃO GOUVEIA DE, *Processo Penal*, Coimbra: Almedina, 2023.

PEREIRA, RUI SOARES, *O objeto e a prova em processo penal*, Coimbra: Almedina, 2024.

PEREIRA, RUI SOARES, *Direito Processual Penal - Relatório sobre o Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino e Avaliação da Disciplina*, Coimbra: Almedina, 2025.

MENDES, PAULO DE SOUSA, *Lições de Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2013 (reimp., 2023).

ANTUNES, MARIA JOÃO, *Direito Processual Penal*, 5.^a ed., Coimbra: Almedina, 2023.

AA.VV., *Novos Elementos de Estudo - Direito Processual Penal*, 2.^a ed. (coord. PAULO DE SOUSA MENDES), Lisboa: AAFDL, 2023.

Bibliografia complementar

AA.VV., *Prova Penal Teórica e Prática* (coord. PAULO DE SOUSA MENDES e RUI SOARES PEREIRA), Coimbra: Almedina, 2019.

AA.VV., *Novos Desafios da Prova Penal* (coord. PAULO DE SOUSA MENDES e RUI SOARES PEREIRA), Coimbra: Almedina, 2020.

AA.VV., *Código de Processo Penal Comentado* (coord. ANTÓNIO DA SILVA HENRIQUES GASPAR *et al.*), 3.^a ed., Coimbra: Almedina, Coimbra: Almedina, 2022.

AA.VV., *Comentário Judiciário do Código de Processo Penal*, Tomo I, Coimbra: Almedina, 2019.

AA.VV., *Comentário Judiciário do Código de Processo Penal*, Tomo III, 2.^a ed., Coimbra: Almedina, 2022.

AA.VV., *Comentário Judiciário do Código de Processo Penal*, Tomo IV, Coimbra: Almedina, 2022.

AA.VV., *Novos Desafios da Prova Penal* (coord. PAULO DE SOUSA MENDES e RUI SOARES PEREIRA), vol. 2, Coimbra: Almedina, 2023.

AA.VV., *Novos Desafios da Prova Penal* (coord. PAULO DE SOUSA MENDES e RUI SOARES PEREIRA), vol. 3, Coimbra: Almedina, 2024.

ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 5.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2023.

BARREIROS, JOSÉ ANTÓNIO, *Sistema e Estrutura do Processo Penal Português*, vol. II, s/ed., 1997.

BELEZA, TEREZA PIZARRO, *Apontamentos de Direito Processual Penal*, vols. I, II e III, Lisboa: AAFDL, 1992, 1993 e 1995.

BELEZA, TERESA PIZARRO/PINTO, FREDERICO DA COSTA, *Direito Processual Penal, Os sujeitos processuais e as partes civis*, Lisboa, 2001.

DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO, *Direito Processual Penal*, I, Coimbra: Coimbra Editora, 1974 (reimpressão, 2004).

– “Sobre os sujeitos processuais no novo código de processo penal”, in *Jornadas de direito processual penal: o novo código de processo penal* (org. CEJ), Coimbra: Almedina, 1988, pp. 1-34.

– *Direito Processual Penal*, Lições coligidas por Maria João Antunes, Coimbra: FDUC, 1988/1989.

DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO/BRANDÃO, NUNO, *Direito Processual Penal – Os sujeitos processuais*, Coimbra: Gestlegal, 2022.

FERREIRA, MANUEL CAVALEIRO DE, *Curso de Processo Penal*, 1.^o vol., Lisboa: Danubio, 1986.

– *Curso de Processo Penal*, 2.^o vol., Lisboa: Danubio, 1986.

– *Curso de Processo Penal (Lições proferidas no ano letivo de 1954-1955)*, vol. 3, Lisboa: Universidade Católica, 1981.

MENDES, PAULO DE SOUSA, *Proibição de Valoração de Documentos Obtidos Através de Crime de Acesso Ilegítimo* (com.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Colab. JOÃO GOUVEIA DE CAIRES), Coimbra: Almedina, 2025.

NEVES, ANTÓNIO CASTANHEIRA, *Sumários de Processo Criminal – 1967-1968*, Coimbra, 1968.

NUNES, DUARTE RODRIGUES, *Curso de Direito Processual Penal*, 2 vols., Lisboa: Universidade Católica, 2023.

SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Direito Processual Penal Português*, vol. 1, 2.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017.

– *Curso de Processo Penal*, vol. II, Lisboa: Verbo, 2011.

– *Direito Processual Penal Português*, vol. 3, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

VALENTE, MANUEL GUEDES, *Processo Penal*, Tomo I, 3.^a ed., Coimbra: Almedina, 2010.

Obras em língua estrangeira e de Direito Processual Penal Comparado e Direito Processual Penal Europeu:

a) Direito alemão:

— WERNER BEULKE, *Strafprozessrecht*, Heidelberg: C.F. Müller, 2022.

— CLAUS ROXIN/BERND SCHÜNEMANN, *Strafverfahrensrecht: ein Studienbuch*, 30. Auflage, München: C.H. Beck, 2022.

— URS KINDHÄUSER/KAY H. SCHUMANN, *Strafprozessrecht*, 6. Auflage, Baden-Baden: Nomos, 2022.

— FRIEDRICH-CHRISTIAN SCHROEDER/TORSTEN FERREL, *Strafprozessrecht*, 8. Auflage, München: C.H. Beck, 2022.

— WOLFGANG JOECKS/CHRISTIAN JÄGER, *Strafprozessordnung: Studienkommentar*, 5. Auflage, München: C.H. Beck, 2022.

— HOLM PUTZKE/JÖRG SCHEINFELD/CHRISTINA PUTZKE, *Strafprozessrecht*, 9. Auflage, München: C.H. Beck, 2022.

— HERIBERT OSTENDORF/JANIQUE BRÜNING, *Strafprozessrecht*, 4. Auflage, Baden-Baden: Nomos, 2021.

— KLAUS VOLK/ARMIN ENGLÄNDER, *Grundkurs StPO*, 10. Auflage, München: C.H. Beck, 2021.

— CHRISTIAN JÄGER, *Strafprozessrecht*, 17. Auflage, München: C.H. Beck, 2019.

— ARTHUR HARTMANN/ROLF SCHMIDT, *Strafprozessrecht: Grundzüge des Strafverfahrens*, Grasberg bei Bremen: Verlag Dr. Rolf Schmidt GmbH, 2018.

— ULRICH EISENBERG, *Beweisrecht der StPO: Spezialkommentar*, München: C.H. Beck, 2017.

b) Direito italiano:

— CARLOTTA CONTI/PAOLO TONINI, *Lineamenti di Diritto Processuale Penale*, 20.^a ed., Milano: Giuffrè, 2022.

— GILBERTO LOZZI, *Lezioni di procedura penale*, 14.^a ed., Torino: G. Giappichelli Editore, 2020.

— PAOLO TONINI, *Manuale di procedura penale*, Milano: Giuffrè, 2019.

— AA.VV., *Diritto Processuale Penale* (ed. G. DI CHIARA, V. PATANÈ, F. SIRACUSANO), Milano: Giuffrè, 2018.

— AA.VV., *Compendio di procedura penale* (coord. GIOVANNI CONSO *et al.*), 9.^a ed., Milano: Cedam, 2018.

— ALFREDO GAIATO, *Procedura Penale*, Milano: Ipsoa, 2013.

— FRANCO CORDERO, *Procedura Penale*, 9.^a ed., Milano: Giuffrè, 2012.

c) Direito francês:

— CORALIE AMBROIS/PHILIPPE BONFILS, *Procédure pénale*, 4.^a ed., Paris: PUF, 2022.

— JEAN PRADEL, *Procédure pénale*, 20.^a ed., Paris: Éditions Cujas, 2019.

— SERGE GUINCHARD/JACQUES BUISSON, *Procédure pénale*, 12.^a ed., Paris: LexisNexis, 2019.

— MICHELE-LAURE RASSAT, *Procédure pénale*, 3.^a ed., Paris: Ellipses, 2017.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- BERNARD BOULOC, *Procédure pénale*, 25.^a ed., Paris: Dalloz, 2016.
 - JEAN LARGUIER/PHILIPPE CONTE, *Procédure pénale*, 24.^a ed., Paris: Dalloz, 2016.
 - ÉDOUARD VERNY, *Procédure pénale*, 5.^a ed., Paris: Dalloz, 2016.
 - JACQUES LEROY, *Procédure pénale*, 4.^a ed., Paris: LGDJ, 2015.
- d) Direito espanhol:
- JOSÉ ANTONIO TOMÉ GARCÍA, *Curso de Derecho procesal penal*, Madrid: Dykinson, 2022.
 - AA.VV., *Proceso penal: Derecho procesal III* (dir. JUAN LUIS GÓMEZ COLOMER e SILVIA BARONA VILAR), 2.^a ed., Valencia: Tirant lo Blanch, 2022.
 - JORDI NIEVA FENOLL, *Derecho Procesal III - Proceso penal*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019.
 - JUAN MONTERO AROCA *et al.*, *Proceso penal*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019.
 - TERESA ARMENTA DEU, *Lecciones de Derecho Procesal Penal*, 11.^a ed., Madrid: Marcial Pons, 2018.
 - VÍCTOR MORENO CATENA/VALENTÍN CORTÉS DOMÍNGUEZ, *Derecho procesal penal*, 8.^a ed., Valencia: Tirant lo Blanch, 2017.
 - VICENTE GIMENO SENDRA, *Manual de Derecho Procesal Penal*, 4.^a ed., Madrid: Uned, 2014.
 - JOSÉ MARIA ASENCIO MELLADO, *Derecho Procesal Penal*, 7.^a ed., Valencia: Tirant lo Blanch, 2014.
 - JOSÉ MARTÍN OSTOS, *Manual de Derecho Procesal Penal*, Seviglia: Astigi, 2011.
- e) Direito Processual Penal Comparado e Europeu:
- AA.VV., *Comparative Criminal Procedure* (ed. JACQUELINE E. ROSS and STEPHEN THAMAN), Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: EE, Edward Elgar Publishing, 2016.
 - AA.VV., *Visions of justice: liber amicorum Mirjan Damaška* (ed. BRUCE ACKERMAN, KAI AMBOS and HRVOJE SIKIRIĆ), Berlin: Duncker & Humblot, 2016.
 - AA.VV., *Four criminal procedure case studies in comparative perspective: China - Italy - Russia - U.S.A.* (ed. MARCO FABRI), Bern: Stämpfli Verlag; Wien: Jan Sramek Verlag, 2016.
 - AA.VV., *European criminal procedures* (ed. MIREILLE DELMAS-MARTY and J.R. SPENCER), Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
 - AA.VV., *Manuale di procedura penale europea* (ed. ROBERTO E. KOSTORIS), 4.^a ed., Milano: Giuffrè, 2019.
 - AA.VV., *Proceso penal europeo: últimas tendencias, análisis y perspectivas* (dir. ALEJANDRO HERNÁNDEZ LÓPEZ e ELENA LARO GONZÁLEZ), Madrid: Thomson Reuters, 2023.

12. Observações:

-